



Após concentração no MASP, trabalhadores fizeram passeata pela Paulista até a Receita Federal, dia 18 de janeiro

## CUT E CENTRAIS UNIDAS PELO DESENVOLVIMENTO E PELA VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO: R\$ 580, JÁ!

Governo só abriu negociação após as manifestações de rua. Agora é aumentar a pressão para consolidar a política de valorização do salário mínimo, essencial para o combate às desigualdades

Em reunião realizada no Palácio do Planalto, quarta-feira (26), as centrais sindicais expuseram ao governo a relevância para o desenvolvimento nacional do aumento do salário mínimo para R\$ 580, dando continuidade à política de valorização acordada com o presidente Lula, e da necessidade do reajuste de 6,5% da tabela do Imposto de Renda.

**PROTESTO** - Ao mesmo tempo em que criticaram a miopia e o reacionarismo exposto pela equipe econômica em relação aos dois temas, os presidentes da CUT, Força Sindical, CGTB, CTB, NCST e UGT saudaram o início das negociações como imprescindível para a consolidação de uma política de ganhos reais, que tem se demonstrado estratégica para fortalecer o mercado interno e colocar a roda da economia para girar, combatendo a crise e as desigualdades sociais e regionais. Conforme o Dieese, o aumento do mínimo impacta positivamente nos ganhos de mais de 47 milhões de trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Representando o governo, os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; do Trabalho, Carlos Lupi e o secretário executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, ouviram atentamente as argumentações das centrais, que centraram fogo na afirmação dos R\$ 580 como instrumento de valorização do trabalho e distribuição de renda.



Acima, Rosane Silva, Quintino Severo e Artur Henrique, da CUT, na reunião com Nelson Barbosa e Gilberto Carvalho, do governo federal



Ao lado, protesto das centrais em BH

## CUT: EMPRESAS RECEBERAM CRÉDITOS E ISENÇÕES. CHEGOU A HORA DO SALÁRIO DOS TRABALHADORES!

O presidente da CUT, Artur Henrique, ressaltou que da mesma forma como as empresas receberam créditos e isenções fiscais para enfrentar as turbulências da crise internacional, os trabalhadores querem ter ganho real de salário em 2011. “Queremos os R\$ 580 como excepcionalidade, assim como os empresários ganharam”. A correção da tabela do IR, outra reivindicação do movimento sindical, tem como objetivo aumentar o número de assalariados que ficam isentos do pagamento do tributo e diminuir o percentual a ser pago pelos demais. Para Artur, “a não correção será apropriação indébita”.

# SAPATEIROS TRANSFORMAM COUROMODA 2011 EM PALCO POR MAIS SALÁRIO E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

**Categoria reivindica Piso Salarial Nacional e investimentos na qualificação profissional**

Comandados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Vestuário (CNTV) e pela Federação dos Sapateiros do Rio Grande do Sul, os operários do setor transformaram a 38ª Feira Internacional de Calçados, Artigos Esportivos e Artefatos de Couro (Couromoda) em palco de reivindicações por mais salário e melhores condições de trabalho.

**AÇÃO** - Durante o evento, realizado de 17 a 20 de janeiro no Anhembi, em São Paulo, o presidente da Federação dos Sapateiros e secretário-geral da CUT-RS, João Batista Xavier Silva, cobrou reco-



**Batista cobrou atenção ao Piso e à qualificação**

nhocimento dos empresários ao trabalhador no chão da fábrica. “Defendemos um Piso Nacional para o setor, para que as empresas não se mudem de um estado para outro em busca de salários mais baixos”, destacou. A cobrança repercutiu em entrevista de Batista à RBS TV, retransmissora da Rede Globo no Sul do país.

**COMBATE** - Segundo Batista, a ação sindical da categoria durante o ano passado conseguiu sensibilizar o Congresso e o governo federal, tendo sido determinante para combater a entrada abusiva de produtos importa-

dos e assegurar o emprego para centenas de milhares de pais e mães de família no ano que passou.

**ALAVANCA** - Na questão do Piso Salarial, apontou, é preciso que seja colocado à altura do crescimento da produtividade e da qualidade do que o trabalhador fabrica. Além de alavancar o salário e os empregos, convocou, “precisamos estar mobilizados para combater a precarização e o avanço das terceirizações”.

**QUALIDADE** - Batista também defendeu maior investimento na qualificação profissional: “além dos empresários, é preciso que os governos federal, estadual e municipal também se somem, contribuindo para elevar a qualidade dos operários do setor”

## EMPRESÁRIOS DEFENDEM URGENTE AMPLIAÇÃO DE MEDIDAS PARA CONTER INVASÃO DE CALÇADOS E DEMISSÕES

No discurso de abertura da 38ª edição da Couromoda, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Milton Cardoso, manifestou a inquietação do setor com o aumento das importações e defendeu a ampliação de medidas para conter a invasão de calçados. No ano passado foi registrada a elevação em 23% do volume das importações.

**TARIFA ANTIDUMPING** - Segundo Cardoso, este percentual indica que, além do aumento de compras em países não tradicionais fornecedores, o importador também está recebendo do exterior cabedais (parte superior do calçado) e solados separados, que são colados quando chegam ao Brasil. Na prática, esta é uma forma de burlar a tarifa antidumping de US\$ 13,83, imposta pelo governo brasileiro sobre os calçados procedentes da China após intensas mobilizações da CNTV, da Federação dos Sapateiros do RS e do conjunto da categoria do vestuário.

**RISCOS PARA O EMPREGO** - “A ampliação das medidas é uma maneira de conter este crescimento e evitar riscos ainda maiores à indústria, que somente em novembro fechou 5 mil postos de trabalho. Em dezembro, o número pode ter sido ainda maior. Acreditamos que fique entre 12 e 15 mil empregos que possam ter sido perdidos”, destacou o líder empresarial.

Conforme a Abicalçados, 375 mil empregos foram recuperados no Brasil em 2010 graças às medidas antidumping e as exportações de calçados que apresentaram crescimento de 12,9% no volume físico e 9,3% no faturamento. 143 milhões de pares foram enviados ao exterior, que geraram divisas da ordem de US\$ 1,48 bilhão em 2010.

**PROBLEMAS** - Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio evidenciam triangulações de importações. Enquanto o volume de importação da China caiu 22%, o do Vietnã cresceu 81%, da Malásia 1.356%, Indonésia 93%, Taiwan 428% e República Dominicana 726.100%. O Paraguai, país não é tradicional exportador de calçados e nem de partes, incrementou suas vendas para o Brasil em 43%. “Mais uma vez estamos enfrentando o ataque inescrupuloso de importações com práticas desleais de comércio, seja pela triangulação das importações por terceiros países, seja pela importação de calçados desmontados, que aqui recebem, quando muito, apenas uma operação de colagem”, afirmou Cardoso.

A indústria de calçados está presente em 12 Estados e 96 municípios. São cerca de 8 mil indústrias em atividades no Brasil, que empregam 800 mil pessoas, equivalentes a 10% do contingente da indústria de transformação.

## MINISTRO DIZ QUE GOVERNO SERÁ PARCEIRO DO SETOR E COMBATERÁ TRIANGULAÇÕES

“Vamos defender sem nenhum temor a indústria nacional. É dever e compromisso. Sabemos que não podemos competir quando as condições são desleais. Estamos atentos à triangulação”, afirmou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, que representou a presidenta Dilma Rousseff na abertura da Couromoda. O evento contou com as participações dos governadores do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e de São Paulo, Geraldo Alckmin, estados tradicionais na produção de calçados.

### INDÚSTRIA CALÇADISTA



**12 ESTADOS**  
**96 MUNICÍPIOS**  
**8.000 INDÚSTRIAS**  
**800.000 EMPREGOS**

**EXPORTAÇÕES CRESCERAM**  
**12,9% EM VOLUME E 9,3%**  
**NO FATURAMENTO EM 2010**



## TRABALHADORES DE CALÇADOS DE ITAPETINGA: **CHAPA 1** PARA DEFENDER DIREITOS E AMPLIAR CONQUISTAS

**Eleições na entidade sindical que é referência no sudoeste baiano ocorre de 7 a 9 de fevereiro**

As eleições para o Sindicato de Verdade, dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Itapetinga e Região, no sudoeste da Bahia, ocorrem num momento histórico para a classe trabalhadora brasileira, em que mais do que nunca necessitamos de entidades fortes e atuantes para defender direitos e ampliar conquistas.

De acordo com a presidenta da CNTV, Cida Trajano, é precisamente este espírito de garra e determinação em defesa dos interesses coletivos que a Chapa 1, cutista, encabeçada por James Santos Alves representa.

“São companheiros e companheiras cutistas que foram forjados na luta, que sabem aliar a capacidade de mobilização com a habilidade na negociação, com uma prática sindical que já trouxe inúmeros vitórias para a categoria na região”, destaca Cida. A articulação do Sindicato de Verdade com as lutas nacionais da categoria, acrescenta, “é outro ponto muito importante, pois esta integração é essencial para as grandes lutas nacionais como a redução dos juros e da jornada de trabalho, a política de valorização do salário mínimo e tantas outras questões que envolvem uma ação sindical de maior envergadura”.



Aquisição da sede própria e de veículo fortaleceram a ação sindical em benefício do conjunto da categoria

### LUTA DO SINDICATO GARANTIU O FIM DO BANCO DE HORAS E A REDUÇÃO DO VALOR DO TRANSPORTE E DA REFEIÇÃO

Entre as inúmeras conquistas do Sindicato da Verdade estão o fim do banco de horas, a redução do valor do transporte e da refeição, o auxílio-creche para mães, o auxílio-educação, a aquisição de cesta básica com alimentos de qualidade e a continuação e pleno funcionamento da Creche Diva de Paula, atendendo crianças da rede municipal de ensino de ensino e de mães da Vulcabrás/Azaléia.

**PRÁ FRENTE É QUE SE ANDA** - Com base nesta trajetória de avanços, o Sindicato reivindica para o próximo período um Piso Salarial de R\$ 650,00 para todos os trabalhadores do Ramo, reajuste de 17% para quem ganha até R\$ 2.200, redução da jornada para 40 horas semanais, Plano de Saúde custeado pela empresa, Seguro Acidente, ampliação da cesta básica para R\$ 160,00 e o retorno imediato da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).



Acordo Sindicato/empresa garantiu compra de cestas básicas com alimentos de qualidade para o trabalhador

# SALÁRIO MÍNIMO: ENTRE JUROS E JURAS

QUINTINO SEVERO, SECRETÁRIO GERAL DA CUT

Início de governo, mobilização das centrais sindicais nas ruas, abertura de negociação. Entre juros e juras, o sindicalismo brasileiro coloca na mesa a sua pauta, reivindicada pela classe trabalhadora: manutenção da política de valorização do salário mínimo, reajuste da tabela do Imposto de Renda e aumento dos benefícios dos aposentados.

Deixando clara a nossa posição: os R\$ 580 como poderoso instrumento de desenvolvimento, crescimento e expansão; a correção da tabela para que as conquistas salariais obtidas ao longo de 2010 não sejam surrupiadas pelo leão da Receita - já que a defasagem desde 1995 ultrapassa os 60%, onerando mais quem recebe menos. E mais: o aumento real para os oito milhões de aposentados e pensionistas que ganham acima do mínimo.

**CONTRA O ATRASO** - Os ventos que sopram da equipe econômica do governo embaralham o jogo, entoando uma velha e conhecida cantilena: falta de recursos, riscos inflacionários, “fazer mais com menos”. O que foi enfaticamente negado no palanque é agora afirmado, sem o mínimo pudor, abaixo dele. E a pauta dos derrotados volta como onda, amplificada pela mesma mídia que se alinhou ao demotucanato, a fim de envelhecer o novo governo. Entre vais e vens, se confirma a máxima repetida à exaustão por Frei Betto: governo é como feijão, só funciona à base de pressão..

Diante do impasse, é necessário esclarecer alguns pontos, para que eventuais equívocos, como o do ministro Guido Mantega, não se transformem num grave tropeço. Pior, em trapaça. Afinal, o eleitor votou em Dilma Rousseff para aprofundar as mudanças iniciadas pelo presidente Lula e não para que sua administração se perca

nos descaminhos do arrocho fiscal, do corte de investimentos públicos e do aumento real zero para o mínimo. Abdicar deste Norte, como pretendem alguns, seria como quebrar a bússola, o que em tempos de ventos especulativos e nuvens internacionais carregadas de emissão de dólares, equivaleria a condenar o barco - e sua tripulação - às agruras do rochedo neoliberal.

**OPÇÃO CORRETA** - Mais do que uma figura de linguagem, estamos falando com a autoridade de quem contribuiu para a construção política que garantiu ao Brasil dar o passo pela opção correta: em defesa do seu próprio mercado, da manutenção de direitos, da ampliação de salários. Esta foi a receita que tornou possível ao nosso país ser um dos últimos a entrar na crise e um dos primeiros a sair dela. Ou não?

Reconhecida como elemento chave no fortalecimento do mercado interno, a política de valorização do salário mínimo, ao elevar o poder de compra e distribuir renda, alavancou salários e empregos, criando condições para que o país não naufragasse, transformando em “marolinha” a crise financeira internacional. Ou não?

**DISPUTA ACIRRADA** - Para não nos estendermos sob as óticas em disputa, é preciso apontar a grave injustiça da política dos dois pesos e muitas medidas com que nos atacam. Com que autoridade o Executivo pode negar os R\$ 580 e fazer cálculos do impacto de cada mísero real de aumento para a Receita em milhões, se o destinado ao pagamento de juros se conta na casa dos muitos bilhões de reais, se o recente aumento de 0,5% na Selic significou a não construção de 380 mil moradias? Mais juros, menos empregos. E a lógica irracional dos mais altos ju-

ros reais do mundo consome expectativas, diminui perspectivas, sinaliza inseguranças e retrações.

Com que autoridade o Legislativo pode deixar de referendar a política de valorização do salário mínimo e os R\$ 580, se no último dia de votação efetiva na Câmara o plenário aprovou o projeto de aumento de 61,83% nos salários dos próprios parlamentares, que alcança a módica quantia de R\$ 26.723,13? Esse é o mesmo valor do salário do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que serve como teto do funcionalismo público, mais de 50 vezes superior ao mínimo atual. Vale lembrar que o dinheiro que jorra para a folha do Legislativo tem a mesma fonte, que agora dizem estar seca para beneficiar a 47 milhões de pessoas que dependem do salário do mínimo.

**REDUÇÃO DOS JUROS, JÁ!** - O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na sua Nota Técnica 94 intitulada “Inflação e juros: é necessário mudar o rumo do debate”, lembra que “nos últimos anos, especialmente a partir de 2004, a economia brasileira cresceu num ritmo mais intenso que o das duas décadas anteriores” e que “a taxa média de crescimento dobrou em relação ao período anterior”. Esse resultado, informa o Dieese, “esteve apoiado no aumento do valor real do salário mínimo, nos programas de transferência de renda para os mais pobres e na expansão do crédito. Nesses anos houve permanente elevação do consumo das famílias e da taxa de investimento. Contudo, a sustentação do crescimento vai depender, em grande medida, da contínua elevação dos salários reais, do consumo e do investimento doméstico”.

Que estas palavras ecoem e abram caminho para a voz das ruas - e das urnas - na mesa de negociação.



## MINISTRA ANA DE HOLANDA DEFENDE VALE CULTURA PARA O TRABALHADOR

A ministra da Cultura, Ana de Hollanda, já entrou em contato com a Câmara dos Deputados para pedir mais agilidade na tramitação do projeto de lei que cria o vale-cultura - que prevê o pagamento de um valor mensal de R\$ 50 a trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos, para a compra de livros, CDs e DVDs, ou para assistir a filmes, peças de teatro e espetáculos.

“Se a gente não trabalhar, a cultura estará perdendo uma grande oportunidade de se inserir no dia a dia do trabalhador”, declarou a ministra, para quem “o trabalhador tem o direito de ter acesso à cultura”.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Vestuário defende a aprovação do vale-cultura como instrumento de democratização do lazer - e do saber.